PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Alocução de Sua Excelência o Presidente do Parlamento Nacional,

Vicente da Silva Guterres

No Diálogo com os Observadores

36.ª AIPA

9 de setembro de 2015

"Fomentar cooperações parlamentares através de uma abordagem orientada e centrada nas pessoas"

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa do Diálogo com os Observadores,
Excelentíssimos Senhores Deputados e Deputadas,
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Excelências,

Quero começar por agradecer a vossa disponibilidade em reunirem hoje connosco, a qual nos dá a oportunidade de atualizar sobre a situação de Timor-Leste e de partilhar um pouco do que pretendemos para o futuro.

É sabido que Timor-Leste tem grandes desafios a enfrentar. Somos um Estado muito recente e cujas instituições ainda estão em processo

de consolidação. Temos tentado enfrentar esses desafios da melhor forma que sabemos.

Somos um país pequeno entre dois gigantes. As relações com a Indonésia estão estabilizadas, dentro dos princípios da boa vizinhança, encontramo-nos na fase de conclusão da definição das fronteiras com este país e estamos em pleno processo de negociação das fronteiras marítimas do mar de Timor com a Austrália.

Neste sentido, o Parlamento Nacional aprovou, em Outubro do ano passado, a criação de um organismo governamental de apoio à negociação das fronteiras marítimas do mar de Timor com o objetivo de coordenar os esforços de Timor-Leste face à delimitação definitiva das fronteiras marítimas com a Austrália. O Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas funciona sob a coordenação do Primeiro-Ministro e dele fazem também parte o Ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação, os antigos Presidentes da República, os antigos Primeiros-Ministros, os antigos Presidentes do Parlamentos, bem como individualidades de elevada reputação, experiência, sabedoria, percurso profissional e reconhecimento público que sejam designadas pelo Primeiro-Ministro.

A questão das fronteiras marítimas é para Timor-Leste particularmente sensível, uma vez que lutamos hoje em dia pela sua

delimitação justa, à luz do direito internacional. E como procuramos resolver os limites marítimos com os vizinhos, olhamos para o direito internacional como base para um resultado justo.

Em Fevereiro passado, circunstâncias excecionais levaram à formação de um novo governo. O nosso líder histórico, Kay Rala Xanana Gusmão, num ato marcante para a história da democracia do país, passou a responsabilidade da governação aos mais novos.

O nosso atual Primeiro-Ministro, Dr. Rui Maria de Araújo, é um destacado quadro da FRETILIN, o partido da oposição. Para quem tem acompanhado a história de Timor-Leste, facilmente percebe que esta opção se enquadra na esteira da principal estratégia que levou à libertação da pátria, a qual sempre foi a de uma política pela unidade nacional.

A lógica mais pragmática de servir o interesse nacional sobrepôs-se a qualquer outro interesse.

Não houve, nesta transição, qualquer rotura nem qualquer vazio. O ciclo eleitoral não foi interrompido e teremos eleições parlamentares dentro do calendário constitucional, ou seja em Junho/Julho de 2017.

O novo Governo assumiu funções numa altura em que Timor-Leste se encontra numa situação de paz e estabilidade e onde se regista algum

crescimento económico, com taxas médias de crescimento anual de 7%.

Este Governo mantém-se empenhado em alcançar as metas previstas para 2030 no Plano Estratégico de Desenvolvimento, o qual define um roteiro que materializa as necessidades e aspirações do povo timorense.

Este Plano indica-nos que a sustentabilidade e a diversificação económica são urgentes.

Timor-Leste tem um elevado potencial de desenvolvimento económico porque possui recursos naturais valiosos, incluindo os recursos *onshore* que ainda se encontram por explorar, e importantes reservas petrolíferas no mar de Timor.

No entanto, estas reservas petrolíferas não são renováveis e no limite, no futuro, podem mesmo esgotar-se.

É, por isso, fundamental, para nós, a diversificação da nossa economia, com a aposta num setor privado emergente, a criação de apoios vários a pequenas e médias empresas, cooperativas industriais e comercias, do acesso facilitado ao crédito, a promoção do aumento da produtividade e a criação de emprego através do crescimento.

Temos um ambicioso plano integrado de desenvolvimento de infraestruturas, incluindo um porto nacional, aeroportos, sistemas de água e saneamento básico e uma rede rodoviária nacional. A construção de melhores estradas e mais pontes poderá permitir o desenvolvimento de todos os sectores, tais como os da educação, da saúde, da agricultura, do turismo e dos hidrocarbonetos.

No entanto, infraestruturas básicas de qualidade são um aspeto crucial para permitir esta nossa ambição de diversificação e desenvolvimento económicos. Se existem planos e projetos concretos nesta área e se muitos destes já estão em franca implementação, temos que dar mais atenção à qualidade das obras no nosso país.

O paradigma do atual Governo é o da eficiência e eficácia e uma das suas prioridades é a qualidade.

Exigir profissionalismo, melhor planeamento, controlo de custos e uma boa relação entre o preço e a qualidade, quer dos materiais, quer dos recursos e das empresas contratadas, é uma prioridade incontornável. Estradas, pontes, portos, aeroportos, edifícios públicos e, também, telecomunicações e conectividade são estruturantes para o futuro.

Para cumprirmos o nosso objetivo de diversificação económica e desenvolvimento sustentável, precisamos de ter um setor público que preste serviços públicos com eficiência e qualidade e, também, que seja responsável pelos serviços prestados e pela gestão dos bens públicos.

Ao conseguirmos maior celeridade, competência e transparência no tratamento de processos que são necessários ao desenvolvimento de negócios estaremos a contribuir para o desenvolvimento do setor privado que se deve constituir como alavanca do setor económico.
Por este facto, o Governo tem um ambicioso plano de reformas na área administrativa, da descentralização, da fiscalidade e legislativa.

Como todos sabemos, Timor-Leste está fortemente dependente das receitas petrolíferas, as quais estão sujeitas a retornos voláteis. A recente queda muito acentuada no preço do petróleo veio colocar desafios à nossa sustentabilidade fiscal. As reservas do nosso Fundo Petrolífera têm refletido a conjuntura internacional e é uma questão a que estamos atentos.

Para dar resposta a estes desafios estamos a iniciar uma reforma fiscal abrangente para alcançar equilíbrio entre as despesas e as receitas do Estado. Esta reforma envolverá as três áreas inter-relacionadas: a reforma fiscal, a reforma da despesa pública e a diversificação económica.

Desde a restauração da independência, em Maio de 2002, o nosso ordenamento jurídico tem sido alimentado por diversos contributos e influências díspares. Iniciámos, por isso, um processo de reforma das leis, com o objetivo da harmonização legislativa a fim de garantirmos segurança a quem quer apostar em nós.

Vamos aperfeiçoar o regime jurídico fiscal, melhorar a lei de investimento e da contratação pública a fim de atrair e criar condições para investimentos seguros e de qualidade.

É igualmente urgente aprovar o pacote legislativo das terras.
Sem uma lei dos solos não há investimento. Sem este, não há desenvolvimento.

No Parlamento Nacional encontra-se neste momento em apreciação, tendo em vista a sua aprovação, um extenso pacote legislativo que abrange a lei dos partidos políticos, a lei do recenseamento eleitoral, dos órgãos de administração eleitoral, a lei divisão administrativa do território, a lei eleitoral municipal, lei do poder local e da descentralização administrativa, a lei dos sucos, a lei do procedimento de concessão de indulto, a lei da prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos, a lei do combate ao tráfico de droga, a lei de migração e asilo, lei da pensão mensal vitalícia, a lei anticorrupção e a lei da advocacia privada.

Em Outubro iniciaremos o processo legislativo de apreciação e aprovação do Orçamento de Estado para 2016.

A fim de consolidar a estabilidade, a paz e o estado de direito o Governo irá igualmente implementar reformas para reforçar o setor da justiça. Têm sido feitos progressos consideráveis no estabelecimento do sistema de justiça em Timor-Leste, o qual como é sabido, foi instalado do zero desde 2002. Subsistem, porém, ainda desafios. Ambicionamos em ter um sistema produtivo e efetivo capaz de garantir justiça processual e conformidade com os direitos e liberdades básicos.

É necessário consolidar o quadro jurídico e harmonizar a ordem jurídica, tendo em conta o contexto de Timor-Leste. Para avançar a reforma, iremos rever o funcionamento do sistema jurídico, o nosso conjunto legislativo, os pontos fortes e os pontos fracos dos nossos recursos humanos e as necessidades do setor em termos de recursos.

É um extenso programa legiferante para os dois anos que restam da atual legislatura.

Excelências,

Timor-Leste é, como todos sabem, um país jovem, que na tentativa de encontrar o seu lugar no mundo sempre procurou aprender de

outras experiências, aplicando-as depois às suas realidades intrínsecas.

Estamos empenhados em várias organizações e fóruns regionais e internacionais que usam o instrumento do diálogo como catalisador para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento colectivo. Nesse quadro, o g7+ tem sido uma das experiências mais enriquecedoras, pelo intercâmbio e solidariedade que estabelece entre países frágeis e em situações de conflito. Juntando hoje 20 países numa só voz, o g7+ propôs um "Novo Arranjo" para assegurar que a nova agenda de desenvolvimento pós-2015 põe no centro do debate as perspectivas próprias dos Estados frágeis.

Os problemas sentem-se de forma mais aguda em nações frágeis e afectadas por conflitos, não só noutras partes do mundo como também na nossa região. Nenhuma nação frágil atingiu um só Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, sendo que a agenda global de desenvolvimento precisa incidir nestes países.

Veio em boa hora a decisão do Secretário-Geral das Nações Unidas ao constituir um Painel de Alto Nível para ajudar a definir a nova agenda pós-2015, no qual Timor-Leste participou com a colaboração da ex-Ministra das Finanças, Dr.ª Emília Pires, e o qual acolheu a consagração de um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável dedicado à paz.

Trata-se do objetivo 16 que diz: " promover sociedades pacíficas e inclusivas em prol de um desenvolvimento sustentável, garantir o acesso à justiça para todos e criar instituições efetivas, responsáveis e inclusivas a todos os níveis".

Nós, os parlamentos do mundo, reunidos na última Conferência Mundial de Presidentes dos Parlamentos que decorreu na passada semana em Nova Iorque sob a égide das Nações Unidas, temos uma responsabilidade acrescida no papel ativo de transformar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em ações concretas e mensuráveis na melhoria da qualidade de vida dos nossos povos.

Desde 2012 que no Parlamento Nacional de Timor-Leste experienciamos a incluvidade, na medida em que as grandes questões do país são discutidas e decidias por consenso. Não obstante termos quatros partidos políticos eleitos, é possível em grandes questões de interesse nacional unirmo-nos em nome do Povo e para o Povo.
E porque o paradigma de desenvolvimento que adotámos coloca as pessoas no centro da gravidade dos nossos planos e ações, temos conseguido que desde 2012 o Orçamento do Estado seja aprovado por unanimidade.

Excelências,

Somos um pequeno Estado insular, onde os nossos recursos costeiros e marítimos assumem uma importância estratégica vital. A cada ano, Timor-Leste perde mais de meia centena de milhões de dólares com a pesca ilegal. Temos também a preocupação da segurança das futuras plataformas de exploração petrolífera.

Observando este pulsar da Ásia, Timor-Leste quer capitalizar a sua posição geoestratégica única, e oferecer uma plataforma de complementaridade entre a região da Ásia-Pacífico e os polos Europeus, Africanos e Latino-americanos a que têm acesso os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, cuja presidência assumimos em 2014.

Continuamos a trabalhar no processo da adesão à ASEAN cujo pedido formal de adesão foi feito em Março de 2011, enquanto percurso natural, que começámos há muitos anos, não só para garantir o nosso desenvolvimento e estabilidade interna, mas como forma de contribuir para a estabilidade regional, no espaço desta Comunidade.

Temos consciência das nossas limitações e dos desafios que nos são impostos para sermos uma mais-valia para a ASEAN. Contudo, sendo o país mais jovem e mais pobre desta região, Timor-Leste aposta na entrada na ASEAN como forma multiplicadora de oportunidades para o seu próprio desenvolvimento que, em última instância, beneficiará os países membros e a Comunidade no seu todo.

É legitimo questionarem-se sobre o que é que Timor-Leste tem para oferecer à ASEAN.

Apesar dos desafios, sobretudo do ponto de vista de recursos humanos e de ajustamento da nossa legislação à praticada pelos membros da associação, temos apenas uma história de 13 anos de edificação do Estado e de construção da Nação. Temos esta vantagem competitiva comparativamente a outros estados mais antigos.

Depois, não posso deixar de chamar a atenção para a localização estratégica de Timor-Leste.

A nossa localização confere-nos um amplitude e importância geoestratégica e geopolítica global e fundamental para participarmos cada vez mais e melhor nas dinâmicas de evolução mundiais.

Timor-Leste está estrategicamente localizado entre os países da ASEAN, a Austrália e as Estados-Ilha do Pacífico. Estando situado na encruzilhada índico-Pacífico e fazendo parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Timor-Leste pode desempenhar um um papel chave na ligação da Ásia aos Estados-Ilha do Pacífico e aos Países de Língua Oficial Portuguesa em África, na América do Sul e na Europa.

Situamo-nos num dos quatro corredores marítimos mais utilizados na ligação entre os oceanos Índico e Pacífico.
O nosso potencial geoestratégico, tanto do ponto de vista económico como no plano da segurança e da defesa, os espaços terrestre, marítimo e aéreo timorense, conferem a Timor-Leste elevada importância estratégica. Por isso sofremos sucessivas intervenções estrangeiras pelo controlo do nosso território e por isso abraçamos esta união regional que consideramos multilateralmente vantajosa.

A participação de Timor-Leste na ASEAN reforça o seu poder regional. Para combater a proliferação de atos de pirataria e de tráfico humano que obriga a uma maior fiscalização das águas internacionais.

A ASEAN tem desempenhado um papel fundamental na garantia da segurança comum, neutralizando pontos de tensão que datam de muitas décadas, promovendo a paz e a estabilidade, com impacto para além da região em que nos inserimos.

A estabilidade regional não teria sido possível sem a formação de uma aliança política forte que veio gradualmente a transformar-se num bloco de integração económica, empregando a diplomacia como uma arte para o desenvolvimento comum.

Por esta razão, partilhar os desafios da segurança na nossa região contribuirá para melhorar a confiança estratégica entre os países da

região.

Timor-Leste vê com preocupação a evolução do caso do mar do Sul da China e espera, com confiança, que a ASEAN possa contribuir para um relaxamento da tensão.

Pequeno como o meu país é, não alimentamos desnecessárias ilusões de vir a contribuir grandemente na segurança marítima da região.

No xadrez geoestratégico da região do sudeste asiático, todas as peças contam. Mesmo as mais pequenas, com economias pequenas e populações reduzidas. Não tanto pela sua capacidade militar, política ou económica mas antes pela estabilidade que podem viabilizar à região, até porque hoje todos sabemos que os principais agentes de ameaças surgem de atores, não necessariamente estatais, provenientes de países onde a pobreza e as desigualdades subsistem.

Entendo que a cooperação parlamentar é fundamental para a preservação da paz e estabilidade, sempre que sustentada numa cooperação entre Estados, que defenda os interesses genuínos dos povos e não os interesses dos países e seus governantes.

O Parlamento Nacional de Timor-Leste é uma instituição jovem que acompanha o desenvolvimento do país e padece das mesmas fragilidades do Estado.

A nossa grande aposta é no reforço da sua capacitação institucional, através da formação contínua dos nossos funcionários. Temos sido

beneficiários de Programas plurianuais maioritariamente financiados, nomeadamente pela União Europeia, Austrália, Nova Zelândia e Noruega e executados com o apoio dos parlamentos de língua portuguesa.

No âmbito da cooperação temos sido mais receptores que doadores mas temos experiências para partilhar, em especial no contacto com o eleitorado e na participação das mulheres na vida política e parlamentar.

A cultura timorense é uma cultura de diálogo, como os países ASEAN, e isso também se reflete no modo de fazer política.

Aproveito esta oportunidade para agradecer a disponibilidade dos Parlamentos Membros da AIPA em receber deputados e funcionários parlamentares timorenses e, em retribuição, gostaria que nos dessem o privilégio de nos visitar e conhecer *in loco* a nossa instituição.

Faço votos para que todos trabalhemos juntos, em cooperação e em solidariedade, de modo a que possamos concretizar os grandes benefícios que a ASEAN pode trazer para as nossas nações e para os nossos Povos.

Muito obrigado pela vossa atenção.